

Estudo toponímico do Caminho do Peabiru: contribuição ao resgate da história do Paraná**Anna Carolina Chierotti dos Santos ANANIAS*****Marcia ZAMARIANO****

Resumo: A análise do acervo lexical de um grupo reflete o seu modo de ver a realidade e a forma como seus membros organizam o mundo que os rodeia. A investigação do léxico toponímico reflete os aspectos culturais e também propõe o resgate da atitude do homem diante do meio, o que é possível pelo estudo da motivação dos nomes próprios de lugares. Esta pesquisa tem por objetivo investigar os topônimos referentes à trilha principal do Caminho do Peabiru, importante caminho trilhado pelos índios antes da colonização do Paraná. Para o embasamento teórico-metodológico relativo à Toponímia recorreu-se, em especial, aos trabalhos de Dick (1990a, 1990b). Pretende-se, também, demonstrar a importância dos estudos toponímicos, como disciplina atuante na recuperação da história social e corresponsável pela preservação de fatos culturais em determinada área geográfica.

Palavras-chave: Toponímia. Léxico. Caminho do Peabiru. Paraná

Toponymic study of the Peabiru Path: contribution to the rescue of the history of Paraná

Abstract: The analysis of lexical collection of a group reflects its way of viewing reality and how its members organize the world around them. The investigation of toponymic lexicon reflects the cultural aspects and also proposes the rescue of man's attitude towards the environment, which is possible by studying the motivation of the proper names of places. In this research, we aimed to investigate the toponymies relating to the main track of the Caminho do Peabiru, important path taken by the indians before the colonization of Paraná. The theoretical and methodological basis regarding Toponymy arose from the work of Dick (1990a and 1990b). This research seeks to demonstrate the importance of toponymic

* Doutoranda em Estudos da Linguagem - Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem - Universidade Estadual de Londrina (UEL) - Rodovia Celso Garcia Cid, Km 380 - Campus Universitário, Londrina - Paraná, CEP: 86057-970. E-mail: annachierotti@yahoo.com.br

** Doutora em Estudos da Linguagem - Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem - Universidade Estadual de Londrina (UEL) - Rodovia Celso Garcia Cid, Km 380 - Campus Universitário, Londrina - Paraná, CEP: 86057-970. E-mail: mazamariano@gmail.com

studies, as an active discipline in the recovery of social history and co-responsible for the preservation of cultural facts in a particular geographic area.

Keywords: Toponymy. Lexicon. Peabiru Path. Paraná

Considerações Iniciais

O ser humano verbaliza seus sentimentos por meio da palavra, fenômeno linguístico que tem fascinado os homens ao longo da história. Em todas as civilizações, a palavra tem sido motivo de surpresa e de mistério. A pertinência da relação entre a palavra e aquilo que nomeia é investigada há séculos, pois sempre esteve revestida de poder e de superstição. Os mitos mais antigos já apontavam o poder criador das palavras, uma vez que, por meio delas, o homem conhece e transmite o conhecimento do mundo que o cerca.

A língua exerce, em toda e qualquer sociedade, um papel preponderante, tendo em vista que é por meio dela que nos comunicamos, interagimos, tecemos os nossos juízos, exprimimos os nossos pensamentos, projetos, sentimentos e emoções. Antes disso, ela é o instrumento com que o homem inteligente significa para si o mundo ao seu redor, tomando conhecimento dele no processo vital da inteligência que é ato de pensar, verbalizar, raciocinar.

Isso só é possível porque o homem se expressa por meio de palavras, frases e textos e com eles se comunica, abstrai e interpreta a realidade das coisas que existem, inventa outras e lhes atribui nomes. Assim, pela ação de nomear, o ser humano expressa sua própria essência espiritual, e, quando no cotidiano designa as coisas, manifesta a sua essência linguística.

Biderman (1998, p. 81, 88, 90) considera a palavra “mágica, cabalista e sagrada”, constitutiva de uma realidade dotada de poder. Por meio da palavra, as “entidades da realidade” podem ser nomeadas e identificadas, criando um universo significativo revelado pela linguagem. A autora pondera, ainda, que “o uso de palavras para designar os referentes extralinguísticos é específico da espécie humana”. Acrescenta, também, que “o léxico é conceptualizado como um conjunto de representações, de objetos mentais que se consubstanciam nas palavras que esse indivíduo domina e das quais ele se serve” para se comunicar.

O léxico é o nível linguístico que melhor expressa à mobilidade das estruturas sociais, a maneira como a sociedade vê e representa o mundo, já que age como elemento propagador do complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que abarcam a atenção da comunidade (SAPIR, 1969, p. 27).

Considera-se que, para o real conhecimento da língua de um grupo humano, é preciso observar também a sua história, os seus costumes e o ambiente em que ele vive. As

relações língua-cultura-sociedade estão refletidas na língua e, baseados em seu estudo, especialmente no nível lexical, podemos observar aspectos valorizados por determinado grupo e até as condições de vida impostas a ele pelo meio físico. Dessa forma, a análise do acervo lexical de um grupo reflete o seu modo de ver a realidade e a forma como seus membros organizam o mundo que os rodeia, por exemplo, quando nomeiam pessoas e lugares.

A língua portuguesa, ao ser transplantada no Brasil, teve contato com as línguas indígenas faladas pelos primeiros habitantes do País. A princípio, houve a tentativa de adaptação das línguas, pois, entre os colonizadores portugueses que vieram para o Novo Mundo, estavam os jesuítas que tinham como missão a catequização dos índios.

Para que a colonização obtivesse sucesso, os jesuítas encarregaram-se de ensinar o português aos índios, mas, para que esse objetivo fosse atingido, tiveram que estudar e aprender o tupi, mais precisamente, o tupinambá, uma língua do litoral brasileiro da família tupi-guarani. Assim, Pe. Anchieta tentou gramaticalizar esta língua e a essa gramática deu-se o nome de língua geral. Com isso, as duas línguas (portuguesa e tupinambá) foram usadas simultaneamente por um longo período do Brasil Colonial.

Na segunda metade do século XVII, a partir de 1759, começou o declínio da língua geral indígena, com a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa, com o diretório estabelecido pelo Marquês de Pombal. Esse convívio do colonizador com os povos nativos enriqueceu o léxico do português, sobretudo com palavras ligadas à flora e à fauna. Após expor estes fatos, Elia (2003, p. 51-53) aponta a questão “O que ficou das línguas indígenas no português?”, e entende que, como houve o período de bilinguismo, durante dois séculos, é certo que algumas marcas ficaram. Ao analisar estas marcas, nos níveis da língua portuguesa, Elia entende que a maior contribuição se encontra no léxico, mais especificamente na Toponímia, onde as designações indígenas estão mais presentes nos aspectos naturais que podem dar maior dimensão da vegetação da época.

Assim, os estudos toponímicos vêm se constituindo em um caminho possível para o conhecimento dos mais variados aspectos culturais das comunidades linguísticas que ocupam ou ocuparam uma determinada localidade. Não se busca, nesses estudos, apenas a origem do topônimo, mas também a motivação que subjaz à escolha do designativo.

Desta forma, este trabalho analisa os topônimos pertencentes à rota principal do Caminho do Peabiru, caminho utilizado pelos índios para ir do oceano Atlântico ao Pacífico. O estudo teve como objetivo geral apresentar os topônimos referentes à rota principal do Caminho do Peabiru; e como objetivos específicos: I) expor a motivação de cada topônimo apresentado; II) identificar os topônimos documentados do ponto de vista da taxionomia e de sua origem etimológica; III) apresentar uma análise quantitativa dos dados.

Fundamentação Teórica

Desde seu aparecimento, a linguagem foi tão completa quanto o pensamento humano que ela representa. Por esta razão, a linguagem deve ser considerada uma mediadora entre o homem e os fenômenos do mundo que, por sua vez, não necessitam ser reais para se transformarem em objetos de atenção desse homem.

O conhecimento, nos primórdios da humanidade, se limitava à observação comum e ocasional da realidade, a simples apreensão de fatos e fenômenos. O domínio absoluto da imaginação e do instinto era mais desenvolvido no homem primitivo: enxergava muitas coisas ao mesmo tempo. O homem encontrava dentro de si mesmo um eco secreto que respondia a todas as vozes exteriores, transformando-as em articulações e palavras.

Conforme Renan (1950, p. 108), é preciso admitir “entre os que primeiro falaram, a existência de um sentido especial da natureza, que a tudo emprestava uma significação, vendo a alma no mundo exterior, e o mundo exterior na alma”. O autor destaca ainda que a percepção da realidade despertou no homem primitivo a necessidade de nomear o seu mundo e as suas sensações, recorrendo para isso à criação das palavras. Em consequência, com o passar do tempo, o homem criou um vocabulário que atendesse as suas necessidades momentâneas, mas

[...] nem uma só das palavras atualmente usadas deixa de ter sua razão de ser, ligando-se todas elas, através de mil e uma transformações, a uma eleição primitiva. Ora, o motivo determinante na escolha das palavras deve ter sido, na maioria dos casos, o desejo de imitar o objeto que se queria representar (RENAN, 1950, p. 114).

O homem, ao nomear tudo que o pertencia ao seu meio, passa a ter o controle sobre o universo, organizando o espaço em que vivia e superando o desconhecido pelo desejo de conhecimento. A tudo e a todas as coisas, o homem atribuiu sentido, designou funções, nomeou coisas e se impôs perante os outros seres.

As primeiras explicações sobre a origem da linguagem têm seus fundamentos na religião. Para as religiões cristãs, por exemplo, Deus teria dado a Adão uma língua e a capacidade de nomear tudo o que existe:

Havendo, pois o senhor Deus formado da terra todo o animal do campo, e todas as aves do céu, os trouxeram a Adão, para ver como lhes chamaria; e tudo o que Adão chamou a toda a alma vivente, isso foi o seu nome. E Adão pôs os nomes de todo o gado, e as aves dos céus, e a todo o animal do campo [...] Gênesis (2.18). (BÍBLIA, 1994, p. 19-20).

Já Biderman (1998, p. 88), ao tratar da questão da nomeação, destaca que “é a partir da palavra que as entidades da realidade podem ser nomeadas e identificadas”. Em razão

disso, o ato de nomear as coisas adquire importância fundamental, pois possibilita o encontro do que foi nomeado com sua origem, estabelecendo uma relação em que as palavras vão além da mera designação dos elementos, pois estão impregnadas de um significado que as transcende.

Já se tornou lugar comum afirmar que a língua, por ser um sistema dinâmico, é passível de mutações e, “sendo um patrimônio de toda uma comunidade linguística, facultada a todos os membros dessa sociedade o direito de criatividade léxica”, já que é o homem que atua nas transformações sociais (ALVES, 2002, p. 06).

Logo, para o real conhecimento da língua de um grupo humano, é preciso considerar também a história, os costumes e o ambiente em que vive esse grupo, uma vez que toda língua natural reflete a cosmovisão de seus falantes por meio de seu acervo lexical, o conjunto de palavras de uma língua natural, no qual estão projetadas as experiências vividas por determinado grupo sociolinguístico-cultural. Isso porque “qualquer sistema léxico é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades” (BIDERMAN, 2001, p. 179). Nessa mesma linha de raciocínio, Oliveira e Isquerdo (2001, p. 09) ponderam que o léxico

[...] representa a janela através da qual uma comunidade pode ver o mundo, uma vez que esse nível de língua é o que mais deixa transparecer os valores, as crenças, os hábitos e costumes de uma comunidade, como também, as inovações tecnológicas, transformações sócio-econômicas e políticas ocorridas numa sociedade.

A língua, considerada uma atividade mental e um código utilizado pelo homem para expressar seus sentimentos, vontades e pensamentos, também é o veículo por meio do qual os falantes atuam e interagem em grupos sociais. Segundo Borba (1972, p. 37), a língua é uma parte ou uma manifestação da linguagem e possui função social.

Entre os níveis da língua, o léxico é um dos mais afetados por influências externas, haja vista que, como tesouro vocabular de uma língua, ele perpetua a herança cultural de uma sociedade por meio dos signos verbais, sintetizando aspectos da vida, dos valores e das crenças de uma comunidade social (BIDERMAN, 1989, p. 399).

Assim, a palavra traduz o pensamento das sociedades no decorrer da história e, com base nas palavras de Isquerdo e Krieger, podemos melhor exemplificar a importância do léxico:

Na história das diferentes civilizações, a palavra sempre foi mensageira de valores pessoais e sociais que traduzem a visão de mundo do homem enquanto ser social; valendo-se dela o homem nomeia e caracteriza o mundo que o rodeia, exerce seu poder sobre o universo natural e antropológico, registra e perpetua a cultura. Assim, o léxico como

repertório de palavras das línguas naturais traduz o pensamento das diferentes sociedades, definindo fatos no decurso da história, recortando realidades do mundo, razão por que estudar o léxico implica também resgatar a cultura. (ISQUERDO; KRIEGER, 2004, p. 11).

Por meio do estudo de um léxico regional (palavras de uso restrito a uma determinada região), podemos perceber influências ambientais, culturais e sociais no uso da língua em espaço geográfico, já que o falante reflete essas influências na forma de nomear a realidade que o cerca. Desta forma, segundo Dick (1999, p. 121), o léxico regional se dá pela conjunção de várias condicionantes linguísticas ou dos diversos dialetos e falares presentes em determinado território, assim, a Toponímia serve-se dessa base que é equivalente ou próxima a um substrato vocabular.

Para Sapir (1969), a língua de um povo é influenciada pelos ambientes físico e social. Assim, a geografia, a cultura, a formação étnica da população, enfim, todo o universo físico e social de um grupo sociolinguístico-cultural pode configurar-se como motivação no ato de nomeação de um lugar, como podemos depreender das próprias palavras de Sapir (1969, p. 44):

Não obstante, tratando-se da língua que se pode considerar um complexo de símbolos refletindo todo o quadro físico e social em que se acha situado um grupo humano, convém compreender no termo 'ambiente' tanto os fatores físicos como os sociais. Por fatores físicos se entendem aspectos geográficos como a topografia da região (costa, vale, planície, chapada ou montanha), clima e regimes de chuvas, bem como o que se pode chamar a base econômica da vida humana, expressão em que se incluem a fauna, a flora e os recursos minerais do solo. Por fatores sociais se entendem as várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo. Entre as mais importantes dessas forças sociais, estão a religião, os padrões éticos, a forma de organização política e a arte.

Por fim, é importante ressaltar que o léxico de uma língua natural também é arraigado à história – tradição e costumes – de um povo, por isso, está sempre em processo constante de expansão, alteração e contração.

Dessa forma, a análise do acervo lexical de um grupo favorece a recuperação de aspectos do modo de ele ver a realidade e da forma como seus membros organizam o mundo que os rodeia e, em particular, como nomeiam pessoas e lugares. Para o homem, nomear representa uma necessidade de organização e de orientação. Ao mesmo tempo que nomeia tudo que o cerca – as coisas, as pessoas, os animais e o espaço físico em que vive – o ser humano expressa sua própria essência espiritual.

Nesse contexto, cabe situar a toponímia também como uma fonte de informação léxica direta porque os topônimos, como signos da língua, são testemunhas de mudanças linguísticas operadas em determinado sistema linguístico. Ou seja, os estudos toponímicos se apoiam, basicamente, na análise dessas formas léxicas, para identificar os processos

linguísticos envolvidos na formação dos topônimos e fornecer uma descrição dos elementos constituintes das estruturas toponímicas.

Ou ainda, a pesquisa toponímica contribui como uma fonte de dados históricos para estudos topográficos de uma região, além de ampliar os conhecimentos culturais e linguísticos, porque descreve a extensão geográfica e os recursos naturais de uma área; resgata informações acerca de aspectos históricos, sociais e etnolinguísticos de um povo.

De acordo com Dick (1990b, p. 119), o conceito tradicional de Toponímia envolve o significado etimológico do próprio vocábulo (do grego *topos*, “lugar” + *onoma*, “nome”), qual seja, o estudo dos nomes de lugares ou dos designativos geográficos, em sua bipartimentação: *física* (rios, córregos, morros, etc.) e *humana, antrópica* ou *cultural* (aldeias, povoados, cidades, etc.). A autora postula, ainda, que a Toponímia antes de tudo “é um imenso complexo línguo-cultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente”, constituindo-se como “um fato do sistema das línguas humanas”, que revela valores locais presentes ou pretéritos (DICK, 1990b, p. 119).

Embora a nomeação de lugares seja um ato realizado pelo homem desde tempos remotos, Dick (1990b, p. 01) esclarece que o reconhecimento da Toponímia como disciplina autônoma ocorreu apenas no século XIX, por volta de 1878, na França, com os estudos de August Longnon na *École Pratique des Hautes-Études* e no *Collège de France*. Postumamente, alguns de seus alunos, baseados no curso por ele ministrado, publicaram, em 1912, *Les Noms de Lieu de la France*.

Os estudos sobre a Toponímia chegaram ao Brasil nos anos setenta na Universidade de São Paulo. Ao ser inserida como disciplina curricular, os estudiosos da área tiveram a preocupação em fundamentá-la na realidade etnocultural conhecida ou a conhecer, pois sabe-se que o Brasil possui em sua formação a mescla de três etnias, as quais formam as matrizes etnolinguísticas da população. Desta forma, a Toponímia no Brasil centrou inicialmente seu interesse no tupi, ao mesmo tempo que buscava o significado admitido ou aparente pelo contato com os primeiros viajantes europeus.

A Toponímia constitui-se como a crônica de um povo e, portanto, um estudo toponímico é um estudo de caso. Trabalha, primeiramente, com o que está mais próximo, ou seja, o grupo/homem que pensou o nome e designou um lugar no espaço. A disciplina Toponímia faz parte de uma ciência maior, a Onomástica, dividida em Antroponímia – estudo de nomes próprios de pessoas; Toponímia – estudo do nome próprio dos lugares.

Assim, com base no conceito desta ciência maior, é possível constatar que a Toponímia não estuda mais apenas os lugares, mas adiciona a seus estudos o nome do espaço. Dick (1999, p. 96-98) comenta que essa inclusão de um novo foco apenas acrescentou benefícios à Toponímia e explica que nem sempre os nomes onomásticos

esgotam seu sentido como identificadores de lugares, uma vez que podem ultrapassar seus limites ao serem percebidos como marcas regionais, sem alteração de uso. Esta disciplina se relaciona a outros campos de trabalho além da Linguística. A metodologia empregada em seus levantamentos é de natureza indutivo-dedutiva, de acordo com os procedimentos onomasiológico-semasiológicos característicos da pesquisa do léxico.

A definição dada por Dick (1990a, p. 36) a este estudo é a seguinte:

A Toponímia é uma das disciplinas que integram a ciência Linguística por investigar o léxico toponímico considerando-o expressão linguístico-social que reflete aspectos culturais de um núcleo humano existente ou preexistente; propõe o resgate da atitude do homem diante do meio, através do estudo da motivação dos nomes próprios de lugares.

O método empregado, no Brasil, na Toponímia é o da investigação do nome no registro de cartas geográficas ou no exame do terreno ou do objeto pelo próprio pesquisador. Este não é o mesmo método empregado em outros lugares, como por exemplo, o que Terrado Pablo (1999) utiliza, já que para ele é muito importante a pesquisa oral, pois, quando a pesquisa trata de antigos registros, pode conter rastros na memória das pessoas. E defende que a pesquisa oral é sempre uma fonte de informação muito útil, pois os mapas estão repletos de erros, assim, nem sempre as obras dos linguistas e dos toponimistas disponibilizam todos os dados desejáveis às pesquisas.

A metodologia se diferencia, pois ao iniciar a disciplina no Brasil, Dick teve que adaptá-la à sua realidade, e assim pôde adquirir novos métodos de pesquisa e análise dos topônimos. Desta forma, foi necessário construir um novo modelo para a investigação toponímica, este modelo envolve quatro pontos, expostos da seguinte forma pela autora: (a) formulação da hipótese de trabalho, ou de uma proposição de estudos, cuja finalidade perseguida é verificar as possibilidades de realização do tema escolhido, já enunciando as etapas admissíveis para esse exame; (b) delimitação da área básica de estudos (nível da toponímia) ou do objeto da investigação (nível da onomástica), detalhamento temático, em extensão areal (nível quantitativo) ou em profundidade (nível qualitativo), de acordo com a disponibilidade do pesquisador, finalidade da demanda, vinculação a um projeto de pesquisa; (c) tratamento dos dados ou do *corpus*; (d) conclusão e bibliografia utilizada e de suporte (DICK, 2006, p. 100-101).

Para que o topônimo seja reconhecido como entidade de sentido, é necessário considerar a formulação: o sintagma toponímico (vulgarmente chamado de nome de lugar), constituído de um termo genérico (objeto da nomeação) e de um específico (nome particular do objeto nomeado).

Como dito anteriormente, os pesquisadores da área tiveram que fazer algumas adaptações e, para isso, foi feita uma (re)construção de uma tipologia onomástica de

aplicação mais ampla, o que gerou um modelo taxionômico, de fundo semântico o qual atualmente se distribui em vinte e sete taxes¹.

Os estudos toponímicos na Universidade de São Paulo deram início ao Projeto do Atlas Toponímico do Brasil (ATEB) e à elaboração do Atlas Toponímico de São Paulo (ATESP). Essas pesquisas, por sua vez, motivaram estudiosos de outras Instituições de Ensino a darem início à confecção de Atlas regionais, como o projeto Atlas Toponímico do Paraná (ATEPAR), na Universidade Estadual de Londrina (UEL), que tinha na coordenação a professora Dra. Maria Antonieta Carbonari de Almeida, no projeto alunos desenvolveram pesquisa de iniciação científica ou atividades acadêmicas complementares².

Aguilera (2005, p. 139), em poucas palavras, expõe o que representa para ela o Estado do Paraná:

Basta conhecer algumas localidades de cada região paranaense para sentir que o Paraná é um mosaico vivo de dezenas de povos e culturas diversificadas, e até historicamente antagônicas, convivendo lado a lado, assimilando mutuamente, em maior ou menor escala, seus costumes e hábitos, inclusive, e, sobretudo, os linguísticos.

Nessa perspectiva, este trabalho poderá resgatar um pouco mais da história deste Estado, pois se sabe que a Toponímia é como se fosse formas conservadoras da memória e é corresponsável pela preservação de fatos culturais em determinada área geográfica.

O Caminho do Peabiru

Enquanto cenários do mundo antigo, as paisagens geográficas vislumbram horizontes de símbolos e signos em contínuo dinamismo, transmitindo mensagens que falam, silenciosamente, da percepção, da valorização, da busca dos significados inerentes às uniões e rupturas do ser humano com seu espaço. A adaptação do homem aos diversificados espaços geográficos transforma-se, portanto, em parte significativa da história de cada um deles.

Nas paisagens, encontramos os vestígios, as reminiscências, as relíquias da magnitude da história vivida pelas sociedades das diferentes culturas num passado remoto ou não. Mais íntima e individualmente, cada ser humano constrói, seleciona os cenários que envolvem sua própria história de vida, numa relação de símbolos que encerram em si atitudes, percepções, sonhos e sentimentos únicos, singulares, relativos às suas experiências (LIMA, 2000, p. 08).

O homem, procurando conhecer o universo que o cerca, deu estímulos a sua sede de conhecimentos, criando oportunidades para desvendar segredos e para construir ou

encontrar lugares onde pudesse se fixar e dar início a comunidades, vilas, aldeias e cidades. Isso lhe permitiu aprender com suas descobertas e com seus erros e, até hoje, o homem busca consolidar e redefinir seus conhecimentos.

É fato que, para entender a realidade da vida diária dos indivíduos, é necessário levar em consideração as diversas atribuições de significados e interpretações dos sistemas de sinais. A investigação dos fundamentos do conhecimento da vida cotidiana realizada por meio da linguagem “constrói as objetivações dos processos de significados e o mundo intersubjetivo individual e coletivo” (MANHÃES; ARRUDA, 2004, p. 02).

Vestígios arqueológicos que se encontram no Museu Paranaense mostram que as primeiras evidências de povoamento no atual território do Estado do Paraná remontam a cerca de 8000 a.C. Foram populações que produziram os sambaquis³ fluviais do vale do rio Ribeira e as populações caçadoras coletoras do vale do rio Paraná. Segundo Ferreira (2006, p. 38), “de 1549 data a primeira notícia do litoral paranaense. A fonte é do alemão Hans Staden, aventureiro e tripulante de um navio espanhol que imprevistamente aportou em nossas praias, assolado por uma tempestade”.

De acordo com Bastos e Silva (1986, p. 48), o colonizador lusitano, ao conquistar as terras brasileiras, impôs elementos de sua cultura, tais como religião, idioma, organização política e econômica, através da força (fez do índio um escravo), da organização militar e por seu interesse pelas riquezas do Brasil. No início da colonização, foi praticada a escravização de índios, mas foi logo proibida por lei e teve a oposição marcante dos padres jesuítas portugueses, que atuavam na colônia.

A população indígena, que no início da colonização se constituía em torno de quatro milhões de índios, foi logo “dizimada por doenças adquiridas em contato com o branco”. Segundo Mendes (2005, p. 75), “em 1823 restava menos de 1 milhão. Os que escaparam, ou se miscigenaram, ou foram empurrados para o interior do país. A miscigenação se deveu à natureza da colonização portuguesa: comercial e masculina”.

De acordo com Melo (1981), a mobilidade geográfica e cultural do grupo, a ação religiosa dos missionários, bem como a participação das antigas bandeiras permitiram a difusão do léxico tupi pelo interior do país, dilatando, assim, a área ocupada por esses indígenas e incorporando vários designativos ao português do Brasil.

Ainda sobre as designações indígenas, Ramos e Venâncio (2002, p.116) consideram que “as próprias tradições desses grupos eram pouco favoráveis à multiplicação de topônimos”. Ilustram esta situação ao resgatar os dizeres de Antenor Nascentes que afirma que, “em razão do nomadismo, os povos indígenas brasileiros não nomeavam as próprias aldeias, designando apenas os acidentes geográficos (rios, montanhas, etc.)”.

Atualmente, se deslocar de um lugar ao outro é fácil, porém, na época da colonização, a locomoção de uma região a outra, a princípio, só era possível pelos

caminhos abertos pelos índios. Desta forma, pode-se dizer que este foi um papel fundamental dos indígenas, pois, por conhecer os caminhos, podiam ensinar aos viajantes qual era melhor e quais eram confiáveis, assim, estes caminhos tiveram grande importância para o desbravamento e interiorização do nosso território.

Entre estes caminhos existentes temos o Caminho do Peabiru, cuja rota previa uma passagem pelo Paraná. Ele ligava o Peru, no Oceano Pacífico ao Atlântico, atravessava os rios Tibagi, Ivaí e Piriçuí, e possuía em média três mil quilômetros de extensão. O Caminho é cercado de mistérios, e provavelmente foi construído pelos índios da América do Sul. Segundo Mora Filho e Pereira (2010, p. 02):

Partia de São Vicente ou Cananéia, litoral de São Paulo, entrava no Estado do Paraná cruzando-o de leste a oeste, adentrava o Chaco paraguaio, atravessava a Bolívia, ultrapassava a Cordilheira dos Andes até o sul do Peru encontrando a costa do Pacífico. Além de possuir um tronco principal, o Caminho de Peabiru possuía vários ramais que ligavam as diversas regiões.

Provavelmente, o objetivo dos índios com esta trilha foi, como se refere Martins (1953, p. 87), o de se comunicarem com o mar e com as regiões mais distantes do ocidente. Além disso, servia também como lugar onde os índios pudessem realizar suas manifestações artísticas, as quais eram manifestadas por meio de lendas, rituais e cerimônias representadas em pinturas rupestres. Pelo Caminho passavam diferentes nações indígenas, por isso, ele possui grande valor histórico, pois representa em seu território uma cultura diversificada. A cultura, o folclore e as lendas do Caminho, atualmente, servem de objeto de pesquisa para muitas áreas do conhecimento, com o objetivo de resgatar a memória histórica da época.

Como mencionamos anteriormente, os caminhos trilhados pelos índios foram utilizados pelos colonizadores e desbravadores europeus. Em relação ao Peabiru, os viajantes que mais se destacam são: em 1541, Cabeza de Vaca com 250 homens em direção ao Paraguai; em 1549, pelo Caminho, Joahann Ferdinando pôde incrementar o cultivo da mandioca em Santa Catarina, para suprimento dos navios castelhanos; e, 1551, Hans Staden o utilizou para chegar a Assunção; em 1553, Ullrich Schmidel vindo do Paraguai a São Vicente; Padre Leonardo Nunes, que decidiu reunir em aldeias crianças indígenas para educar; e muitos outros.

Podemos ter em mente a importância do estudo do Caminho do Peabiru, como recuperação da história, porém, ao lermos a entrevista⁴ (2007) do Professor Igor Chimyz, percebemos que parte do caminho foi descaracterizado em virtude da atividade agrícola, o que prejudica o trabalho científico. Na citada entrevista, além de percebermos a dificuldade

de estudar o Caminho do Peabiru, notamos que, provavelmente, os índios que o utilizaram foram da tribo dos Jê. Porém, quanto a seus verdadeiros criadores, há algumas dúvidas, pois estes podem ter sido os Jê, ou os índios da nação Guarani ou até mesmo os Incas.

O estudo do Caminho do Peabiru é importante, haja vista que faz parte da História do Paraná e, em relação à Toponímia, é possível resgatar alguns dados da história apagados pelo tempo.

Procedimentos metodológicos

Com o objetivo de levantar e de descrever os topônimos pelos quais passaram o Caminho do Peabiru, houve a tentativa de fazer a sobreposição de mapas – um mapa referente ao Caminho do Peabiru e outro do Estado do Paraná –, porém, esta tarefa requer outro tipo de trabalho, este existente na área de Geografia, mais especificamente a disciplina de Geoprocessamento⁵. Desta forma, para obtenção dos municípios pelos quais passaram o Peabiru, contou-se com o trabalho realizado por Ana Paula Colavite⁶ e Mirian Vizintim Fernandes Barros⁷, que realizaram as seguintes atividades para esta pesquisa: espacialização do Caminho de Peabiru, no Estado do Paraná; recorte da Mesorregião Centro-ocidental Paranaense; comparação das rotas de peregrinação com o traçado do Caminho de Peabiru na porção nordeste da mesorregião em estudo. Assim, obteve-se o seguinte mapa:



Figura 1 - Mapa Político do Paraná com o Caminho de Peabiru

Fonte: Colavite; Barros (2009, p.98).

Com isso, para este trabalho, levantamos os seguintes dados: na rota principal, que atravessa o Estado do Paraná no sentido leste-oeste vindo de São Paulo, os municípios são: Adrianópolis, Tunas do Paraná, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Castro, Tibagi, Reserva, Cândido de Abreu, Pitanga, Nova Tebas, Mato Rico, Roncador, Nova Cantu, Altamira do Paraná, Guaraniaçu, Campo Bonito, Braganey, Iguatu, Corbélia, Anahy, Aurora, Iracema do Oeste, Jesuítas, Assis Chateaubriand, Palotina e Terra Roxa, chegando às margens do rio Paraná.

Além desta, contava com rotas secundárias como a que atravessava o Estado no sentido norte-sul. Uma das rotas secundárias vinha de São Paulo adentrando o Paraná, passando pelos municípios de: Salto do Itararé, Siqueira Campos, Wenceslau Braz, Arapotí, Jaguariaíva, Piraí do Sul, Castro, Carambeí, Ponta Grossa, Palmeiras, Porto Amazonas, Balsa Nova, Campo Largo, Araucária, Curitiba, São José dos Pinhais, Morretes, Paranaguá, chegando ao oceano Atlântico. Próximo ao município de Castro, o ramal secundário atravessava o ramal principal.

No sentido nordeste, outra rota: Colombo, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, onde se dividia – um ramal seguia para São Paulo e outro para o litoral, passando por Antonina e chegando ao oceano Atlântico. Adentrando o Estado de Santa Catarina: Contenda, Mandirituba, Tijucas do Sul e Agudos do Sul.

Outro ramal secundário que tem início em São Paulo e atravessa o Estado do Paraná passa pelos municípios: Jardim Olinda, Paranapoema, Paranacity, Cruzeiro do Sul, Uniflor, Atalaia, Mandaguaçu, Maringá, Floresta, Itambé, Engenheiro Beltrão, Peabiru, Campo Mourão, Mamborê, Juranda, Boa Esperança, Rancho Alegre do Oeste, IV Centenário, Formosa do Oeste, Jesuítas, Assis Chateaubriand, Tupãssi, Toledo, Ouro Verde, São Pedro do Iguçu, Vera Cruz do Oeste, Diamante do Oeste, Ramilândia, Matelândia, Medianeira, Jardinópolis, Capanema, Planalto, Pérola do Oeste, Pranchita, Santo Antonio do Sudoeste, Bom Jesus do Sul, Barracão e Flor da Serra do Sul, de onde segue sentido Santa Catarina. Esta rota secundária atravessa o ramal principal no município de Jesuítas. Em Braganey, seguia sentido sul, passando por: Cascavel, Boa Vista da Aparecida, Capitão Leônidas Marques, Realeza, Santa Isabel do Oeste, Ampére e Francisco Beltrão, onde termina.

Com os dados obtidos pelas estudosas em questão percebemos que o Caminho do Peabiru permitia aos viajantes o deslocamento por diversas áreas do Estado do Paraná.

A metodologia utilizada para este trabalho, em síntese, obedeceu às seguintes etapas: 1) levantamento dos municípios pelos quais passaram o Caminho do Peabiru; 2) delimitação do *corpus*, pela extensão deste trabalho optou-se por analisar apenas os nomes dos municípios da rota principal, portanto: Adrianópolis, Tunas do Paraná, Cerro Azul,

Doutor Ulysses, Castro, Tibagi, Reserva, Cândido de Abreu, Pitanga, Nova Tebas, Mato Rico, Roncador, Nova Cantu, Altamira do Paraná, Guaraniaçu, Campo Bonito, Braganey, Iguatu, Corbélia, Anahy, Aurora, Iracema do Oeste, Jesuítas, Assis Chateaubriand, Palotina e Terra Roxa; 3) análise quantitativa dos dados, com auxílio de tabela e mapa; 4) consulta ao Dicionário da Língua Portuguesa: Houaiss (2001) – dicionário eletrônico da língua portuguesa –; ao dicionário Etimológico da Língua Portuguesa de Antenor Nascentes (1966); ao Dicionário Tupi-português de Luis Caldas Tibiriçá (1984); à obra O Tupi na Geographia Nacional de Theodoro Sampaio (1928) e na falta da lexia nestes, a consulta a Ferreira (2009) com sua obra “Municípios Paranaenses: Origens e significados de seus nomes”, para verificar a etimologia dos topônimos analisados e a motivação do nome; e, 5) análise qualitativa dos dados, considerando a taxionomia da lexia.

Análise e Discussão dos Dados

O levantamento dos dados reuniu um total de 26 topônimos. A princípio, apresentaremos uma breve explicação sobre a origem histórica da nomeação, segundo João Carlos Vicente Ferreira (2009), a ordem segue de acordo com a disposição que os municípios aparecem no mapa (ver Figura 1).

Adrianópolis, a princípio chamou-se Epitácio Pessoa. Depois foi nomeada de Paranaí, mas com a emancipação a localidade passou a denominar-se Adrianópolis, em homenagem a Adriano Seabra da Fonseca⁸.

Tunas do Paraná, a princípio chamava-se Pedra-Preta, em razão do afloramento da pedra conhecida por *granito tunas*. Em 1990, foi criado o município de Tunas e, em 1992, sua denominação foi alterada para Tunas do Paraná.

Cerro Azul, a princípio, chamou-se Colônia Açungui, por ter progredido tanto se tornou Vila Açungui. Em 1885, se transforma na cidade de Cerro Azul. A nomeação vem da existência de um morro (cerro), nas cercanias do município, que às vezes oferece um perfil de tom azulado, daí a incorporação pelos fundadores do povoado do nome.

Doutor Ulysses, conhecida em um primeiro momento por Varzeão, mais tarde Vila Branca. Em 1993, passa a se chamar Doutor Ulysses em homenagem ao deputado federal pelo Estado de São Paulo, Dr. Ulysses Guimarães⁹.

Castro, inicialmente era conhecida como Pouso do Iapó. Em 1788, foi elevada a categoria de vila e recebeu a denominação de Vila Nova de Castro. Em 1857, ao ser elevada a cidade, teve seu nome simplificado para Castro, em homenagem a Martinho de Mello e Castro¹⁰.

Tibagi, a princípio foi nomeada como Monte Alegre. Em 1872, foi criada a Vila de Tibagi e no ano seguinte foi elevada a categoria de cidade. O nome da cidade faz referência ao Rio Tibagi, que nasce nos Campos Gerais, corta o território municipal e deságua no Rio Paranapanema.

Reserva foi nomeada assim em referência à antiga reserva indígena existente onde se localiza a sede municipal.

O município de Cândido de Abreu teve sua origem a partir da fundação da Colônia Teresa Cristina, no século XIX, pelo médico francês Jean Maurice Faivre. Em 1896, passou a ser nomeada de Teresina e, em 1954, alterou-se a denominação para homenagear ao Dr. Antônio Cândido Ferreira de Abreu¹¹.

Pitanga, inicialmente era conhecida como Tigre. Em 1897, tornou-se Serra da Pitanga e, em 1943, Pitanga é elevada a categoria de município.

Nova Tebas, cuja primeira denominação do povoado foi Bela Vista, teve sua denominação alterada, em 1984, para Nova Tebas. O nome de origem religiosa foi dado em referência à cidade de Tebas, que floresceu na antiga Grécia.

Há três possibilidades sobre a motivação do nome do município Mato Rico: 1º) provém da existência de grandes áreas com pinheiros nativos, onde havia concentração muito grande de abelhas e, conseqüentemente, abundância de mel; 2º) Os primeiros moradores alegam que o nome é devido a uma laje de pedra, existente no Arroio Pintado, a cinco quilômetros da sede municipal, onde florescem 'barras' de metal amarelo, provavelmente cobre; e 3º) Justifica-se pela existência de cassiterita no subsolo do território municipal.

A denominação do município de Roncador foi dada pela Comissão Exploradora do trecho Guarapuava-Campo. A motivação ocorreu quando a Comissão acampou nas proximidades de um rio o qual apresentava um som parecido com um "ronco", produzido pelo volumoso curso d'água, em dia de grande chuva.

Nova Cantu vem de origem geográfica, em referência ao Rio Cantu, que nasce na Serra da Pitanga e deságua no Rio Piquiri, banhando o território do município¹².

A decisão a respeito do nome Altamira do Paraná se deu por consenso da diretoria da Companhia de Colonização e Desenvolvimento (CODAL), numa homenagem à cidade de Altamira do Estado do Pará, em 1962.

Guaraniaçu, o nome, provavelmente, provém da combinação de elementos "GUARANI" de rio Guarani e "AÇU" de Rio Iguazu¹³.

Campo Bonito vem de origem geográfica e foi dado pelos pioneiros, quando chegaram à região, via 'Estrada de Barbaquá', em área de exploração da erva-mate, por parte de famílias paraguaias. A área que deslumbrou a vista dos pioneiros fica atualmente

nas propriedades de Rosalino Bizinella e Sebastião Betim do Frado, e se constituía numa bela várzea, com gramado nativo coberto de pinheiros.

Braganey teve como primeiro nome Rio Tigre, mas, em 1982, adquiriu o nome pertencente atualmente, que resultou da junção do nome Braga e do prenome Ney. Homenagem prestada a Ney Aminthas de Barros Braga¹⁴.

Iguatu, inicialmente foi denominada Jaborandi, porém, numa referência à empresa povoadora, a localidade logo teve a denominação alterada para Iguatu.

Corbélia foi nomeada assim por seu idealizador, Armando Zanatto, descendente de italianos e um dos pioneiros colonizadores fundadores da cidade, que, acatando sugestão de sua esposa D. Iracema Zanatto, que era florista.

O nome Anahy foi atribuído em homenagem à jovem Anahy, filha do Sr. Gino, gerente da Companhia Brasileira de Imigração e Colonização (COBRIMCO).

Nova Aurora, inicialmente foi chamada de Encruzilhada Tapejara, mas o nome passou a ser Nova Aurora em virtude de uma exclamação do padre Luiz Bernardes, da paróquia de Corbélia. Nesta ocasião, o religioso exaltava a esperança de uma nova vida para aquela comunidade, de uma '*nova aurora*' que viria ao encontro dos anseios da gente pioneira.

Iracema do Oeste foi sugerido, em 1964, pelo colonizador do primeiro loteamento da vila, Sr. Paulo Tricário, em homenagem a sua filha Iracema.

Jesuítas é uma homenagem aos padres jesuítas espanhóis que, a partir do final do século XVI, iniciaram épico trabalho de catequização em mais de cem mil índios, em terras hoje paranaenses.

Assis Chateaubriand, originariamente chamava-se Tupãssi. Todavia, quando emancipado, o município teve sua denominação alterada para Assis Chateaubriand, em homenagem a Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello¹⁵.

Palotina é homenagem aos Padres Palotinos que, no início da colonização, muito contribuíram para a estabilidade social da comunidade.

Terra Roxa foi nomeada assim porque os colonos italianos das lavouras de café falavam "terra rossa" (rossa em italiano quer dizer vermelha). O povo brasileiro confundiu a linguagem e batizou o local como Terra Roxa¹⁶.

Em seguida, o Quadro 1 traz o topônimo, as designações anteriores, a etimologia¹⁷, com base nos dicionários e fontes já citadas na metodologia, e a taxionomia dos topônimos. Os dados serão apresentados, novamente, segundo a ordem em que aparecem nos mapas. Será aqui incluído o nome Peabiru, por este fazer parte da análise do trabalho, desta forma conta-se com um *corpus* de 27 topônimos.

| Topônimo | Designação (ões) anterior(es) | Etimologia | Fonte ¹⁸ | Taxionomia |
|------------------------|---------------------------------------|--|---------------------|------------------|
| Peabiru | - | De origem tupi 'pe': caminho + 'abiru': entulhado, forrado. | T | Hodotopônimo |
| Adrianópolis | Epitácio Pessoa; Paranaí | Palavra formada pelo nome pessoal masculino 'Adriano' e pelo sufixo 'pólis'. O termo 'Adriano' origina-se do latim 'adrianu', natural de Ádria. O termo 'pólis' é sufixo grego e significa cidade. | F | Antropotopônimo |
| Tunas do Paraná | Pedra-Preta, Tunas | Espanhol: tuna – figo da figueira-da-índia, do taino. | H | Fitotopônimo |
| Cerro Azul | Colônia Açungui, Vila Açungui | Origina-se do latim 'cirrus', em referência a pequena elevação de terra. | H-N-F | Geomorfotopônimo |
| Doutor Ulysses | Varzeão, Vila | Doutor: do latim 'doctore'. | H-N-F | Axiotopônimo |
| Castro | Pouso do lapó, Vila Nova de Castro | lat. castrum, i 'castelo, fortaleza, forte, acampamento. Porém, o nome, como justificado anteriormente, é uma homenagem a uma pessoa. | H-N-F | Antropotopônimo |
| Tibagi | Monte Alegre, Vila de Tibagi. | Tupi: tyba-g-y – o rio do pouso. | S | Sociotopônimo |
| Reserva | - | Vem do latim 'reservare'. Refere-se a uma reserva indígena | N-F | Sociotopônimo |
| Cândido Abreu | Colônia Teresa Cristina, Teresina | Origina-se do latim 'candidu', substantivação do adjetivo 'candidu', designando pessoa inocente, ingênuo. Originalmente alcunha de indivíduos brancos, alvos. | H-F | Antropotopônimo |
| Pitanga | Tigre, Serra da Pitanga | Tupi: vermelho, corado; [...] o mesmo que piranga. É o nome da fruta ácida de pele delicada e corada de Eugenia uniflora. | S | Fitotopônimo |
| Nova Tebas | Bela Vista | Origina do latim 'novu', e refere-se à novidade, vida nova. | H-N-F | Cronotopônimo |
| Mato Rico | - | Origina-se do latim tardio 'matta': terreno onde medram plantas agrestes. | F | Fitotopônimo |
| Roncador | - | Do latim 'rhonchare', com referência a grande ressonância com ruído, roncante. O topônimo faz referência, como já mencionado, ao ruído obtido por um rio. | H-N-F | Hidrotopônimo |
| Nova Cantu | - | Origina do latim 'novu', e refere-se à novidade, vida nova. | H-N-F | Cronotopônimo |

| | | | | |
|----------------------------|-----------------------|--|-------|------------------|
| Altamira do Paraná | - | Topônimo português e paraense. É palavra formada pelos termos 'Alta' e 'mira'. O termo 'Alta' provém do latim 'altus', designando a parte mais elevada de um ponto, região ou cidade. O termo 'mira' origina-se do latim 'mirare', que significa enxergar. | F | Dimensiotopônimo |
| Guaraniaçu | - | De origem guarani 'guarani' (guarini): guerreiro + 'açú': grande. Grande lutador, grande guerreiro. | H-N-F | Etnotopônimo |
| Campo Bonito | - | Origina-se do latim 'campus'. | H-F | Fitotopônimo |
| Braganey | Rio Tigre | 'Braga' é sobrenome de origem geográfica e nome pré-romano 'Bracara'. 'Ney' é nome masculino tirado do sobrenome do marechal de França Miguel Ney. | F | Antropotopônimo |
| Iguatu | Jaborandi | De origem tupi 'u (y)': água, rio + 'ka'tu (guatú)': boa, bom, doce: água boa ou rio bom. | F | Hidrotopônimo |
| Corbéia | - | Origina-se do francês 'corbeille', pequeno cesto. | H-N-F | Ergotopônimo |
| Anahy | - | Junção de 'Ana' e 'hi'. 'Ana' vem do hebraico 'hannah': graciosa. 'hi' é adjetivo e origina-se do espanhol, significando 'pequena'. Ana pequena. | F | Antropotopônimo |
| Nova Aurora | Encruzilhada Tapejara | Origina do latim 'novu', e refere-se à novidade, vida nova. | H-N-F | Animotopônimo |
| Iracema do Oeste | - | Tupi: yra-cema: a saída das abelhas, o enxame. Pode traduzir-se também: a saída ou fluxo do mel. | S | Zootopônimo |
| Jesuitas | - | Vem do italiano 'gesuíta', de 'Gesú': Jesus. Possivelmente do francês 'jésuitique'. | H-F | Historiotopônimo |
| Assis Chateaubriand | Tupãssi | Assis origina-se do latim 'Asisi', pelo italiano 'Assisi'. É sobrenome de origem religiosa e nome de cidade da Itália. | F | Antropotopônimo |
| Palotina | - | 'Pallotti' + 'iná'. 'Pallotti' é sobrenome que vem do latim, em referência ao santo Vicente Pallotti; 'iná' vem do latim 'inu', e designa origem, semelhança, natureza. | F | Hagiotopônimo |
| Terra Roxa | - | Vem do latim 'terra', designando lugar de origem, pátria, lugar, povoação. | H-N-F | Litotopônimo |

Quadro 1: Classificação dos topônimos dos municípios pertencentes à rota do Caminho do Peabiru
Fonte: Elaboração das autoras

O modelo taxionômico, criado pela professora Dick, é composto de 27 taxes. Optamos, neste trabalho, por apresentar o significado apenas das taxionomias obtidas no *corpus* aqui apresentado, sendo 10 de natureza física e 17 de natureza antropocultural.

Com base no Quadro 1 apresentado, pode-se verificar que a maior concentração de topônimos, referente ao ramo principal do Caminho do Peabiru, está concentrada no grupo de natureza antropocultural referente a, aproximadamente, 63% das nomeações, ao passo que os de natureza física obtiveram 37%.

No grupo antropocultural, o que mais se destacou foram os antropotopônimos que obtiveram seis ocorrências (35%), e são referentes aos nomes próprios individuais (prenome, hipocorístico, prenome + alcunha, apelidos de família, prenome + apelido de família).

Em segundo lugar, com duas ocorrências cada (12%), se encontram os cronotopônimos, estes apresentam indicadores cronológicos, representados pelos adjetivos novo/nova, velho/velha nos topônimos e os sociotopônimos relacionados às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade.

Ainda no grupo antropocultural, os demais topônimos ocorreram apenas uma vez em cada taxionomia, o que é equivalente a aproximadamente 6% de ocorrência. Desta forma, obteve-se uma ocorrência: nos axiotopônimos que se referem a títulos e dignidades que acompanham os nomes próprios; nos etnotopônimos que são relativos aos elementos étnicos, isolados ou não (povos, tribos, castas); uma nos historiotopônimos relativos aos movimentos de cunho histórico-social, os seus membros e as datas comemorativas; uma nos ergotopônimos que são referentes aos elementos de cultura material; uma nos hagiopônimos referentes a nomes de santos e santas; uma em animotopônimos que se referem à vida psíquica e à cultura espiritual; e uma nos hodotopônimos referentes às vias de comunicação rural ou urbana.

Já no grupo de natureza física, obtiveram maior índice de topônimos, os fitotopônimos que se referem aos topônimos de índole vegetal com 4 ocorrências (40%), seguidos dos hidrotopônimos – resultantes de acidentes hidrográficos (água, córrego, rio, ribeirão, braço, foz) – que obtiveram duas ocorrências, alcançando um percentual de 20%.

Em seguida, encontram-se os litotopônimos com uma ocorrência (10%), este grupo se refere aos topônimos de índole mineral e também aos referentes à constituição do solo (barro, barreiro, tijuco, ouro).

Também obtiveram, cada um, apenas uma ocorrência neste *corpus*, o que significa que tiveram uma frequência de 10%, o dimensiotopônimo, o geomorfotopônimo e o zootopônimo. O primeiro se refere à dimensão dos acidentes geográficos (extensão,

comprimento, largura, espessura, altura, profundidade); o segundo está relacionado às formas topográficas e o último se refere aos topônimos de índole animal.

Considerações Finais

Este trabalho teve o propósito de demonstrar a importância das pesquisas toponímicas para o registro da relação do índio com a Toponímia brasileira, mais especificamente no Estado do Paraná.

Ao apresentar as rotas – principal e as secundárias – do Caminho do Peabiru, este trabalho demonstrou a amplitude deste Caminho. Foi possível fazer uma síntese da importância do estudo em questão, uma vez que foi um trajeto utilizado por personagens meritorios da História do Paraná.

Neste pequeno estudo, percebemos que, em sua maioria, a motivação dos nomes dados aos municípios da rota principal do Caminho do Peabiru está relacionada a nomes próprios que têm por base a homenagem a pessoas que se destacaram tanto na região estudada em particular, como no Brasil como um todo, denotando, assim, a valorização da pessoa, o respeito pelos feitos humanos. O emprego dos nomes de pessoas para nomear um lugar comprovou que a procura por um vínculo aproximado entre as circunstâncias do lugar e o denominador que lhe permitiu a designação possibilita que uma parcela da história regional ou nacional seja conservada e transmitida às gerações posteriores. Tais nomes exercem o papel de verdadeiros registros da história cultural dos grupos humanos e denotam respeito às pessoas que, de uma forma ou de outra, participaram do desenvolvimento político, histórico e social da cada município, merecendo, por isso, serem lembrados.

A princípio, as nomeações de origem indígena não foram as de maior ocorrência, pois, como pudemos verificar que, dos 27 topônimos estudados, apenas seis são de origem indígena, a saber: Peabiru, Tibagi, Pitanga, Guaraniaçu, Iguatu e Iracema. Cabe ressaltar que foram detectadas muitas designações anteriores cuja etimologia era indígena.

Não é demais lembrar que os lugares só adquirem identidade e significado via intenção humana e em decorrência da relação existente entre aquelas intenções e os atributos objetivos do lugar, ou seja, o cenário físico e as atividades ali desenvolvidas. Assim, ao atribuir um nome a determinado lugar, são escolhidas algumas propriedades que só a ele dizem respeito, e esse batismo passa a fazer parte da cadeia de acontecimentos que levou o denominador a associar o espaço físico ao nome.

Esse topônimo é transmitido aos membros de uma comunidade linguística e, quando se consegue preservar o sentido original do nome, preserva-se a informação sobre o lugar.

Mesmo quando o sentido de um topônimo não pode mais ser identificado por uma pessoa, ainda assim se mantém nele a função referencial.

Em síntese, a pesquisa demonstrou a importância dos estudos toponímicos, como disciplina atuante na recuperação da história social e corresponsável pela preservação de fatos culturais em determinada área geográfica.

Recebido em 25/6/2014

Aprovado em 20/8/2014

NOTAS

¹ A classificação taxionômica de Dick (1990b, p. 31-34) está dividida em 11 taxas de natureza física (caracterizam o ambiente em todos os aspectos que compõem sua formação – rios, córregos, dimensões, formações topográficas, árvores, animais, etc.) e 16 taxas de natureza antropocultural (caracterizam as manifestações psíquicas, sociais e culturais do homem, no meio em que se encontra – estado de ânimo, sentimentos, nomes próprios, nomes de cidades, estados, países, títulos).

² O encerramento do projeto ATEPAR 2 se deu em 30 de setembro de 2003, com o relatório final apresentado em 07 de outubro de 2003, destacando cerca de 20.000 topônimos cadastrados com análise etnolinguística e etimológica.

³ Os sambaquis eram locais de acampamento de populações de caçadores – coletores que exploravam os recursos do litoral, onde ainda são encontrados restos alimentares, como conchas de moluscos, além de artefatos de pedra, osso, evidências de fogueiras, habitações e sepultamentos humanos.

⁴ Entrevista retirada do site <<http://www.unesp.edu.br/revista/revista3/publi-entrevista.php>>. Acesso em: 11 jul. 2011.

⁵ O Geoprocessamento pode ser considerado como uma disciplina relativamente nova que teve seu início na década de 1950, logo após a criação dos computadores. É composto por um conjunto de ferramentas que permite a realização de análises geográficas, ou análises espaciais de fenômenos que ocorrem em um dado espaço e que possui características próprias (COLAVITE; BARROS, 2009, p. 91).

⁶ Professora Assistente do Departamento de Geografia da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM).

⁷ Professora associada da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Departamento de Geociências, Geografia Física.

⁸ Empresário de origem portuguesa e que, a partir de 1937, lutou em favor da comunidade, sendo proprietário da empresa Companhia Plumbum S.A. A instalação oficial deu-se em 15 de novembro de 1961.

⁹ Político que se notabilizou pelos discursos inflamados, especialmente contra o governo militar, instituído a partir de 1964.

¹⁰ Ministro dos Negócios Ultramarinhos de Portugal, nos anos de 1785 e 1790.

¹¹ Homem público que prestou serviços ao Estado do Paraná.

¹² Porém, em informação pouco consistente, a prefeitura dá como origem do nome o sobrenome de uma família catarinense que “passou a frequentar a região dedicando-se à compra de suínos e o lugar por muito tempo ficou conhecido como região dos Cantu, ou seja, do comprador de porcos”.

¹³ Informações obtidas por meio de consulta ao site <<http://www.guaraniacu.pr.gov.br/cidade/historia.html>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

¹⁴ Ney Aminthas de Barros Braga foi Chefe de Polícia, no período de 1952/1954, no governo de Bento Munhoz da Rocha, Prefeito Municipal de Curitiba em 1954, Deputado Federal em 1958, Governador do Estado em 1961/1965 e 1979/1982, Senador da República de 1966/1974, Ministro de Estado da

Agricultura no governo do Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, Ministro do Estado da Educação e Cultura no governo do presidente Geisel e presidente da Itaipu Binacional.

¹⁵ Chateaubriand nasceu na Paraíba em 04 de outubro de 1891, faleceu em 04 de abril de 1968. Em 1923, adquiriu o jornal *Correio da Manhã*, no mesmo ano o *Diário da Noite*, sendo este o começo de seu império jornalístico. Foi senador da República e membro da Academia Brasileira de Letras, além de ser o empresário pioneiro da televisão em toda a América do Sul.

¹⁶ Informações obtidas por meio de consulta ao site: <http://www.terraroxa.pr.gov.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=2069&Itemid=33#origem>. Acesso em: 15 jul. 2011.

¹⁷ Nos topônimos compostos, a etimologia será referente ao primeiro elemento do nome, pois é por meio deste que é dada a taxionomia.

¹⁸ Em fonte lê-se: H - Houaiss (2001), dicionário eletrônico da língua portuguesa; N – Antenor Nascentes (1966), dicionário etimológico da língua portuguesa; T – para Luis Caldas Tibiriçá (1984); S – Theodoro Sampaio (1928); F – Ferreira (2009), Municípios Paranaenses: Origens e significados de seus nomes.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). *A Geolinguística no Brasil: trilhas, caminhos a percorrer*. Londrina: Eduel, 2005.

ALVES, Ieda Maria. *Neologismo: criação lexical*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002. (Série: Princípios).

BASTOS, Pedro Ivo de Assis; SILVA, Francisco de Assis. *História do Brasil: Colônia, Império e República*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1986.

BÍBLIA: tradução ecumênica. São Paulo: Loyola, 1994. (Consultores: Cipriani, V., Grimaldi, C., Gruen, W., Frainer, C., Rehfeld, W.)

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. O léxico, testemunha de uma cultura. In: LORENZO, R. (Org.). *Actas do XIX Congresso Internacional de Linguística e Filoxia Românicas*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela/ Ramón Lorenzo, 1989, p. 397-405.

_____. Dimensões da Palavra. *Revista Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, n. 2, p. 81-118, 1998.

_____. *Teoria Linguística* (teoria lexical e linguística computacional). 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BORBA, Francisco da Silva. *Introdução aos estudos lingüísticos*. São Paulo: Editora Nacional, 1972.

COLAVITE, Ana Paula; BARROS, Mirian Vizintim Fernandes. Geoprocessamento Aplicado A Estudos Dos Caminhos De Peabiru. *Revista da ANPEGE*, América do Norte, n. 5, p. 86-105, 2009.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Fundamentos teóricos da Toponímia. Estudo de Caso: o Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (Org.). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p. 91-117.

_____. Métodos e questões metodológicas na Onomástica. Estudo de caso: o Atlas Toponímico do estado de São Paulo. *Investigações Linguísticas e Teoria Literária*, UFPE, Recife, v. 9, p. 119-148, 1999.

_____. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990a.

_____. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. 2. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH, 1990b.

ELIA, Silvio. *Fundamentos Histórico-Linguísticos do Português do Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

FERREIRA, João Carlos Vicente. *Municípios paranaenses: origens e significados de seus nomes*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Instituto Antônio HOUAISS, 2001. Versão eletrônica.

ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (Org.). *Ciências do Léxico 2: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2004. v. 2.

LIMA-GUIMARÃES, Solange Terezinha de. Geografia e literatura: alguns pontos sobre a percepção de paisagem. *GEOSUL*, Florianópolis, v. 15, n. 30, p. 7-33, jul. /dez., 2000.

MANHÃES, Manuela Chagas; ARRUDA Sérgio. *A análise de discurso e a apreensão de universos simbólicos*. Uma referência para o entendimento da linguagem subjetiva do poeta e letrista Vinícius de Moraes, 2004. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viiicnlf/anais/caderno05-01.html>>. Acesso em: 13 mar. 2005.

MARTINS, Romário. *História do Paraná*. 3. ed. Curitiba: Ed. Guaíra Ltda., 1953.

MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.

MENDES, Ademar de Souza. *Acesso à terra no Brasil: uma análise histórico-política*. 2005. 178f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: <www.unijui.tche.br/decon/ceema/mestradosdesenvolvimento>. Acesso em: 20 abr. 2005.

MORA FILHO, Pedro Sérgio; PEREIRA, Daniel Albuquerque. *As contribuições do estudo do caminho de peabiru como objeto de desenvolvimento do turismo*. Presidente Prudente: Toledo, 2010. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2524/2048>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico resumido*. Rio de Janeiro: INL, 1966.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. Apresentação. In: _____ (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande, MS: UFMS, 2001, p. 09-11.

RAMOS, Jânia Martins, VENÂNCIO, Renato Pinto. Topônimos mineiros: uma fonte para a história social da língua portuguesa. In: DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia; CALLOU, Dinah

(Org.). *Para a história do português brasileiro* - Notícias de corpora e outros estudos. Rio de Janeiro: UFRJ/FAPERJ, 2002, p. 113-123. v. 4.

RENAN, Ernest. *Origem da linguagem*. [S.l.]: Progresso, 1950.

SAMPAIO, Theodoro. *O Tupi na geographia nacional*. Bahia: Secção Graphica da Escola de Aprendizes Artificies, 1928.

SAPIR, Edward. *Linguística como ciência*. Tradução Joaquim Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

TIBIRIÇA, Luiz Caldas. *Dicionário Tupi-português*. São Paulo: Traço, 1984.

TERRADO PABLO, Javier. *Metodología de la investigación en Toponimia*. Zaragoza: INO Reproducciones, SA, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANIAÇU. A Cidade – História. Disponível em: <<http://www.guaraniacu.pr.gov.br/a-cidade/historia.html>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA. História. Origem Histórica. Disponível em: <<http://www.terraroxa.pr.gov.br/pages/historia.php>>. Acesso em: 15 jul. 2011.